Número	Secção
4	X
5	X
7	X
8	X
9	X
51	X
79	X
80	X
135	X
136	X
273	X
274	X
275	X
276	X
304	X
305	X
306	X
1	Y
2	Y
3	Y
5	Y
6	Y
8	Y
9	Y
10	Y
11	Y
12	Y
13	Y
14	Y
15	Y
16	Y
17	Y
18	Y
19	Y
20	Y
21	Y
22	Y
23	Y
24	Y
25	Y
26	Y
27	Y
28	Y
29	Y
30	Y
31	Y
32	Y
33	Y
34	Y
35	Y
36	Y
42	Y
85	Y
86	Y
89	Y
90	Y
93	Y
94	Y
95	Y
96	Y
97	Y
100	Y
102	Y
103	Y
105	Y
106	Y
132	Y
138	Y
139	Y
147	Y

**MINISTÉRIOS DA ECONOMIA, DA AGRICULTURA,
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS
E DO AMBIENTE**

Portaria n.º 46/97

de 17 de Janeiro

Considerando as alterações introduzidas ao anexo da Directiva n.º 89/437/CEE, do Conselho, de 20 de Junho, pela Decisão n.º 95/1/CE, EURATOM, CECA, de 1 de Janeiro, que adapta os instrumentos relativos à adesão de novos Estados membros à União Europeia;

Considerando o Decreto-Lei n.º 234/92, de 22 de Outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 89/437/CEE, relativa aos problemas de ordem higiénica e sanitária respeitantes à produção e à colocação no mercado de ovoprodutos;

Considerando a Portaria n.º 1009/93, de 12 de Outubro, que regulamentou o diploma supra-referido, estabelecendo as prescrições de ordem higiénica e sanitária aplicáveis à produção e à colocação no mercado de ovoprodutos destinados tanto ao consumo directo como ao fabrico de géneros alimentícios:

Manda o Governo, pelos Ministros da Economia, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ambiente, ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 234/92, de 22 de Outubro, que o capítulo XI do anexo da Portaria n.º 1009/93, de 12 de Outubro, passe a ter a seguinte redacção:

«CAPÍTULO XI

Marcação dos ovoprodutos

1 — Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável à rotulagem dos géneros alimentícios, cada remessa de ovoprodutos que saia do estabelecimento deve levar um rótulo com as indicações seguintes:

i) :

Na parte superior, as iniciais do país expedidor, em letras maiúsculas de imprensa, ou uma das seguintes letras: B, D, DK, EL, ESP, F, IRL, I, L, NL, P, UK, AT, FI, SE, seguida do número de aprovação do estabelecimento;

Na parte inferior, uma das siglas seguintes: CEE, EEC, EEG, EOK, EWG, EØF, ETY;

ii) ou:

Na parte superior, o nome do país expedidor, em maiúsculas;

No centro, o número de aprovação do estabelecimento;

Na parte inferior, uma das siglas seguintes: CEE, EEC, EEG, EOK, EWG, EØF, ETY;

iii) A temperatura a que devem ser mantidos os ovoprodutos e o período durante o qual a sua conservação pode, desse modo, ser assegurada.

O rótulo deve ser legível, indelével e estar escrito em caracteres facilmente decifráveis.

2 — Dos documentos de transporte devem constar, designadamente:

- a) A natureza do produto, com menção da espécie de origem;
- b) O número do lote de fabrico;
- c) O local de destino e o nome e endereço do primeiro destinatário.

3 — Essas informações, bem como as que se incluem na marca de salubridade, devem ser expressas na ou nas línguas oficiais do país destinatário.»

Ministérios da Economia, da Agricultura, do Desenvolvimento e das Pescas e do Ambiente.

Assinada em 13 de Dezembro de 1996.

O Ministro da Economia, *Augusto Carlos Serra Ventura Mateus*. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Luís Manuel Capoulas Santos*, Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. — A Ministra do Ambiente, *Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira*.

Quadro sinóptico

Decisão n.º 95/1/CE	Portaria
Anexo 1, parte v, letra E, capítulo 3, n.º 9:	Anexo, capítulo XI:
Alínea a).	N.º 1, alínea <i>d</i>), primeiro parágrafo.
Alínea b).	N.º 1, alínea <i>d</i>), segundo parágrafo.
Alínea c).	N.º 1, alínea <i>ii</i>), terceiro parágrafo.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 47/97

de 17 de Janeiro

A Portaria n.º 31/95, de 12 de Janeiro, aprovou o Regulamento que estabelece o regime de aplicação da acção «Transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas — Regulamentos (CEE) n.ºs 866/90 e 867/90», integrada na medida «Transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas» do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF).

Considerando que face à actual conjuntura do sector da «Carne» importa reforçar o nível de ajuda a conceder aos investimentos relativos à aquisição e instalação de equipamentos de tratamento térmico para a transformação de resíduos animais com vista à inactivação dos agentes da encefalopatia espongiforme, pelo que se torna necessário adequar a este objectivo o regime de apoio previsto no anexo I da citada Portaria n.º 31/95.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 150/94, de 25 de Maio:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que o anexo I ao

Regulamento de Aplicação da Acção Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas — Regulamentos (CEE) n.ºs 866/90 e 867/90, aprovado pela Portaria n.º 31/95, de 12 de Janeiro, seja alterado de acordo com o anexo à presente portaria, de que faz parte integrante.

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Assinada em 26 de Dezembro de 1996.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Manuel Maria Cardoso Leal*, Secretário de Estado da Produção Agro-Alimentar.

ANEXO

O anexo I, «Investimentos elegíveis e prioridades, investimentos excluídos e níveis de ajuda», é alterado da seguinte forma:

1 — O capítulo III, «Níveis de ajuda», passa a ter a seguinte redacção:

«III — Níveis de ajuda:

- a)
- b)
- c)
- d) Em derrogação do disposto na alínea *a*), para o subsector 'Subprodutos' do sector 'Carne', as ajudas a conceder a investimentos na aquisição e instalação de equipamentos de tratamento térmico para a transformação de resíduos animais com vista à inactivação dos agentes da encefalopatia espongiforme podem atingir 50 % e 25 % dos custos elegíveis, a suportar respectivamente pelo FEOGA (0) e pelo Estado Português, quando os respectivos estabelecimentos passem a estar em conformidade com a Decisão da Comissão das Comunidades Europeias n.º 96/449/CE, de 18 de Julho;
- e) Para efeitos do disposto na alínea anterior, é criada, a título excepcional, uma comissão de apreciação de candidaturas, cuja composição será fixada por despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.»

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria n.º 48/97

de 17 de Janeiro

O Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, define o regime legal da carreira dos técnicos superiores de saúde, enumerando no artigo 9.º os respectivos ramos de actividade e as licenciaturas consideradas adequadas, de entre as quais, no que respeita aos ramos de genética e de laboratório, consta a licenciatura em Química.

Constata-se, no entanto, que as licenciaturas em Química Aplicada e em Química Tecnológica proporcionam uma formação avançada nos aspectos básicos daquela área científica, sendo que os planos curriculares respectivos devem considerar-se correspondentes ao da licenciatura em Química.

Por outro lado, no que toca aos conteúdos funcionais próprios dessas áreas da carreira, reconhece-se, como